

**CONVIDADOS****LEONOR BOTTO
E RUI PATRÍCIO***

Igualdade de género?

Nas vésperas da conferência que organizámos sobre igualdade de género (e igualdade no ensino), somos tomados pela angústia da guarda-redes antes do penálti. Os nossos olhos concentram-se na bola, o jogador avança já para ela e para o remate, e não conseguimos deixar de pensar – com uma angústia que queremos que seja saudável e criadora – se tudo vai correr bem em mais uma iniciativa que visa cumprir os objetivos do Instituto Miguel Galvão Teles (formativos, de conhecimento, cívicos). Mas nestas vésperas há um elemento que se soma àqueles motivos de angústia habituais em coisas destas, e que nos faz temer um pouco mais o pontapé na bola e a trajetória desta: teremos escolhido bem o título, “Igualdade de género”?

Na verdade, faz sentido acrescentar alguma coisa a igualdade? Ao falar em igualdade de género não estamos já, simbólica e discursivamente, a contribuir para a desigualdade, por um lado, e, por outro, a contribuir para que se rasguem caminhos discutíveis, como são todos aqueles que procuram reagir a desigualdades através de outras desigualdades ou discriminações, ainda que sejam temporárias ou/e ditas positivas? Igualdade, ponto final, não seria melhor título, e não é sempre melhor programa, em vez de igualdade de qualquer coisa, na medida em que essa qualquer coisa já leva em si toda uma carga potencialmente não igualitária? Ou, ao contrário, é mesmo assim e tem de ser mesmo assim, porque só nomeando o que está injustificadamente desigual se pode avançar para o estádio seguinte?

Não sabemos bem, temos dúvidas, o penálti cresce em angústia. Não é a questão da igualdade (ponto final, ou de qualquer coisa) semelhante a essa outra questão (que aliás também é, afinal, um problema de igualdade) – igualmente importante, atual e dita fraturante (palavra

simbolicamente tramada) – que dá pela designação habitual do direito à diferença? Faz algum sentido falar em direito à diferença, ou isso afinal ainda acentua mais os problemas que se querem combater? Não deveria ser, antes, direito à indiferença, isto é, à irrelevância de uma qualquer condição para efeitos de direitos e de estatutos? E, já agora, sendo os géneros diferentes (tão diferentes; serão?) faz sentido falar em igualdade? E, se sim, porquê e para quê? E que implicações tem isso noutras (des)igualdades? Et cetera. Com reticências e sempre um ponto de interrogação.

Dúvidas difíceis, questões complexas, armadilhas de linguagem e pensamento, desafios. Mas se as temos e se os há, é porque os temas são importantes e difíceis. Pelo que outro caminho não sobra se não discutir, debater, refletir, pensar – mas com profundidade e cautela, com otimismo da vontade mas com a prudência da razão, pois as questões são complexas e os remédios também podem sê-lo, sendo igualmente de não esquecer que podem ter efeitos secundários. Mas sejam quais forem os melhores caminhos para atingir a igualdade, uma coisa para nós é certa: não é admissível que o género e a “genética sociológica” possam condicionar tão fortemente o desenvolvimento pessoal e a vida das pessoas. As oportunidades têm de ser as mesmas, têm de poder sobressair apenas as competências, lidas e avaliadas em si mesmas, sem outros fatores que as condicionem. Nem para o bem, nem para o mal. E leve o tempo que levar, embora, e sem prejuízo da prudência, melhor seria que mais cedo do que tarde. ■

*Coordenadores do Instituto Miguel Galvão Teles, com Martim Krupenski

Este artigo está em conformidade com o novo Acordo Ortográfico